

O NOVO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

AULA INAUGURAL DO ANO LETIVO NA FACULDADE DE
TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Mons. Roberto Mascarenhas Roxo

ÂMBITO E VALOR

É fundamental a Constituição Apostólica *"Fidei Depositum"* de João Paulo II que, a modo de introdução, apresenta o Catecismo caracterizando seu âmbito e seu valor.

1. *"Um catecismo deve apresentar com fidelidade e de modo orgânico o ensinamento da Sagrada Escritura, da Tradição viva da Igreja e do Magistério autêntico como também a herança espiritual dos padres, dos santos e santas da Igreja a fim de permitir conhecer melhor o mistério cristão e reavivar a fé do Povo de Deus"* (FD 3). O Catecismo não se define, portanto, como uma equivalência da fé e sim como um repositório de valores a serviço da fé. Nele estão, ao lado de verdades fundamentais da fé, opções bíblicas, teológicas, históricas,

pastorais, sociais, que não pertencem ao âmbito da fé.

2. O valor doutrinal depende do conteúdo exposto: *"É uma exposição da fé da Igreja e da doutrina católica, atestadas ou iluminadas pela Sagrada Escritura, Tradição Apostólica, Magistério da Igreja. Eu o reconheço como um instrumento válido e legítimo ao serviço da comunhão eclesial e como norma segura para o ensinamento da fé"* (FD 4). Enquanto *"exposição de fé"*, tem valor absoluto. Mas enquanto exposição da doutrina, de exemplos e textos selecionados da bíblia, de elementos da Tradição e mesmo de Documentos do magistério, seu valor é obviamente relativo, embora *"norma segura"*. Uma espécie de enciclopédia autorizada em que desfilam verdades fundamentais e verdades periféricas da fé,

pensamentos pessoais de padres e santos, opiniões de teólogos, análises e interpretações históricas, etc. Não é simplesmente um "livro de fé" mas um livro "a serviço da fé".

3. Não se trata de um "catecismo universal", como lembra o Papa: "Este Catecismo não se destina a substituir os catecismos locais devidamente aprovados... Ele se destina a encorajar e ajudar a redação de novos catecismos que levam em conta as várias situações e culturas, guardando com cuidado a unidade da fé e a fidelidade à doutrina católica" (FD 4). Ou, como diz o Prefácio, citando o sínodo que em 1985 solicitou este catecismo: "Ele se destina a servir como ponto de referência para os catecismos ou compêndios a serem preparados nos diversos países" (Pr. 11). João Paulo II e o próprio Catecismo pedem às Igrejas Particulares que elaborem catecismos locais, levando em conta culturas e situações concretas. Cabe então, às Igrejas Particulares do Brasil, de preferência no âmbito da CNBB, efetivar um ou mais catecismos regionais refletindo temas particulares que, por ocuparem lugar eminente nas preocupações da Igreja do Brasil e da evangelização, devem também fazer parte da catequese.

O ESQUEMA

O Catecismo divide-se em quatro grandes partes subdivididas cada uma em duas seções, valen-

do a primeira como introdução à segunda:

- 1) O Credo (Revelação e profissão de fé);
- 2) A Liturgia (mistério pascal e sacramentos);
- 3) A Vida em Cristo (moral e mandamentos);
- 4) A Oração Cristã (oração e Pai-nosso).

O esquema é o mesmo do Catecismo de Trento promulgado em 1566 por S. Pio V. O esquema impede uma síntese orgânica e o catecismo é desenvolvido como uma grande enciclopédia de temas e assuntos que se sucedem sem amarração, sem ordem de importância e por vezes sem pontos fundamentais de referência. Mas o esquema tem, como principais vantagens:

- 1) a liberdade que deixa ao leitor para formar sua própria síntese;
- 2) a possibilidade de responder a todas as indagações e dúvidas.

UMA GRANDE TEOLOGIA

O Catecismo é desigual no seu posicionamento teológico. Fiel ao Vaticano II, alcança alto nível teológico nas sínteses que apresenta dos grandes *Documentos Conciliares Dei Verbum, Lumen Gentium, Sacrossantum Concilium*. Fiel igualmente aos outros Concílios, situa-se muito bem nas grandes propostas, por elas feitas na elaboração da profissão de fé.

Neste sentido, tira de grandes Concílios bons tratados principalmente sobre a Trindade, Cristo, Eucaristia, embora sem levar em conta alguns avanços teológicos posteriores.

Além da interpretação dos Concílios, o Catecismo tem muitos outros momentos de grande valor como a abordagem dos sacramentos, da ressurreição de Jesus, do quinto mandamento, da teologia moral, principalmente, a consciência, da doutrina social da Igreja inserida na própria moral etc.

UMA TEOLOGIA MENOR

Mas o catecismo tem também uma teologia menor quando apresenta, defende, ratifica não apenas a fé mas também uma síntese teológica, cultural e pastoral bastante tradicional, típica dos manuais de teologia da década de 1950, sem levar em conta os ulteriores aprofundamentos teológicos. Tais posições são justificadas através de dois comportamentos que lamentavelmente aparecem no Catecismo.

1. A LEITURA FUNDAMENTALISTA DA BÍBLIA.

Um bom teólogo sabe (e crê) que toda a Bíblia é inspirada mas nem tudo o que ela contém constitui revelação divina. Mais, a *Dei Verbum* ensina que a interpretação de um texto revelado está condicionada ao gênero literário. O fundamentalista crê revelação em todo e qualquer texto inspirado e

lê esta revelação sem qualquer gênero literário. O Catecismo faz assim algumas vezes, sobretudo na leitura do texto javista da criação e do pecado e na leitura dos textos apocalípticos tão freqüentes no Novo Testamento. Nesta perspectiva fundamentalista tornam-se arbitrarias algumas propostas e posições teológicas (374-412; 633-635; 675; 678; 997-1001).

2. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DE DADOS.

Por vezes o Catecismo justifica posições instrumentalizando dados. Seleciona, p. ex., somente os textos que lhe interessam, como no caso das citações de S. Agostinho *antipelagiano* (*pessimista*) e omissão de S. Agostinho *antimaniqueu* (*otimista*). Na catequese da eucaristia, o Catecismo é categórico: "a eucaristia não se ordena ao perdão dos pecados mortais" (1395) e para manter a afirmação, não obstante citar com freqüência o Concílio de Trento, omite propositadamente deste, a definição: "Ensina o Santo Concílio... que aplacado por esta oblação... o Senhor perdoa os crimes e os pecados até os gravíssimos (*ingentia*)" (D. 940). O esquema da graça é escolástico independente da teologia de Paulo e de João. O mesmo se diga quanto à antropologia. O ministério do perdão se esgota no sacramento da penitência sem possibilidade de outras formas como as que já existiram historicamente.

3. OUTRAS LACUNAS

O Catecismo tem medo do amor, o resumo de todas as causas e fins, tanto de Deus quanto do cristão e por isso mesmo a síntese do evangelho. Claro que o Catecismo afirma a preeminência do amor, mas o faz sem o espaço necessário, sem as conotações e conseqüências exigidas, como uma verdade periférica; e para senti-lo basta ler o primeiro mandamento (2084) onde o Catecismo substitui o "amarás o Senhor teu Deus" pelo "adorarás o Senhor". Neste sentido, o "Abba-Pai", que caracteriza o relacionamento do cristão com Deus, na intimidade, não constitui tema relevante; aliás, nem mesmo um tema.

O "Senhor", o Cristo Ressuscitado a quem o Pai entrega o senhorio da história, tem lugar restrito no Catecismo que o substitui pelo Espírito Santo sem se dar conta de que na teologia paulina "O Senhor (Jesus) é espírito...".

O preço mais caro pago à escolha do esquema enciclopédico, é a absoluta falta de "hierarquia das verdades". Para abranger todas as verdades propostas sucessivamente, seriam necessárias algumas dezenas de atos diferenciados de fé. O que seria intrinsecamente simples — o ato de fé — torna-se desnecessariamente complicado.

O Evangelho é Boa-Nova. O Catecismo se apresenta como uma enciclopédia de verdades sem co-

meço, sem meio, sem fim; sem concatenção. O leitor poderá ter até uma satisfação intelectual em estudá-lo; mas não fará experiência da Boa-Nova de saber-se salvo em Cristo, de ter um Deus que é intrinsecamente Pai, de crer que a vida eterna já lhe é presente desde o batismo, inclusive com a garantia de um "caráter", valor teológico que o Catecismo mostra ignorar.

VISÃO DE CONJUNTO

I PARTE

A primeira seção mostra a criação do homem e reinterpreta as célebres cinco vias do conhecimento de Deus (27-49). Define a revelação como a *Dei Verbum* (51) mas faz a estranha afirmação de que a ordem cósmica instaurada com Noé e "entregue à guarda dos anjos", continua a ser, para grande parte da humanidade, a ordem em vigor até hoje mesmo depois que Jesus foi constituído o Senhor (56-58). Bela e oportuna a citação de S. João da Cruz a propósito de Cristo plenitude da revelação (65); e importante o reconhecimento de liberdade dos cristãos face às revelações particulares (67). Excelente e precioso aprofundamento ao Vaticano II, a teologia da fé (144-184) inspirada no mais puro tomismo, inclusive com a rica observação de S. Tomás: "A fé não repousa no enunciado mas na realidade enunciada (170), uma das bases para o progresso da teologia".

A segunda seção expõe o credo. A teologia trinitária tem excelente desenvolvimento (198-278). O ato criador é bem apresentado (279-308). Como, porém, o Catecismo não aprofunda uma ontologia do mal e do pecado, fica-lhe difícil explicar o mal na criação (309-312). A criação é separada da história e não há resquício de uma teologia como dimensão do desígnio de Deus. Na criação, os anjos aparecem como verdade de fé (328); mas, esquecendo-se dos gêneros literários bíblicos como a tradição judaica de ressaltar a transcendência de Deus colocando anjos mediadores bem como a apocalíptica que apela aos anjos como interventores, o Catecismo exagera: "Da infância à morte, a vida humana é circunscrita pela proteção e intercessão deles. Todo o fiel tem a seu lado um anjo como protetor e pastor para conduzi-lo à vida" (336). Ótima a apresentação da "alma" humana (363) embora, a seguir, o Catecismo volte a usar, como linguagem e pensamento uma radical dicotomia corpo-alma (366-1005). Superando a leitura fundamentalista, o Catecismo aborda com profundidade o relacionamento homem-mulher (371-373). Mas dentro da leitura fundamentalista mostra um idílico homem no paraíso, perfeíssimo por dentro e por fora, que não morreria, não sofreria, não pecaria, dominaria a criação inteira... (374-379). O pecado original cuja

teologia pode ser simplificada pelo texto de 1 Cor. 15,44-49, apresenta-se com "uma verdade essencial da fé" (388) mas como explicações e minúcias de antigos manuais, creditadas à revelação divina.

A cristologia (422-679) é obviamente fiel aos Concílios cristológicos e à tradição teológica que se desenvolveu a partir deles. Opta sempre que possível, pela grandeza transcendente da natureza humana de Cristo em lugar do "realismo" que a teologia moderna prefere.

A descida aos infernos é explicada do modo mais tradicional possível: "Cristo morto, com a alma unida à Sua Pessoa Divina, desceu à morada dos mortos. Ele abriu as portas do céu aos justos que o haviam precedido" (637). Ressurreição e Ascensão têm uma teologia já bem mais atualizada (638-667). A bela teologia do Espírito Santo (683-747) poderia melhor salientar o Espírito Santo como o Amor do Pai e do Filho. A Eclesiologia, síntese da *Lumen Gentium*, é um dos pontos altos do Catecismo (748-987). Já os dois últimos artigos do Credo, a ressurreição da carne e a vida eterna, constituem teologia menor. A dicotomia é radical: os mesmos corpos serão reunidos às mesmas almas (997). A morte é exclusivamente conseqüência do pecado original (1008). O purgatório tem fogo (1031), o inferno mais ainda (1034).

II PARTE

A primeira seção, "economia sacramental" (1077-1209) é excelente, aprofunda a *Sacrossantum Concilium* e oferece admirável abertura para "Liturgia e Culturas" (1204-1209).

A segunda seção aborda "os sete sacramentos da Igreja" (1212-1690). A teologia do batismo é insatisfatória. Afirma que as crianças nascem "sob o poder das trevas", pelo que necessitam do batismo (1250). Dá maior importância ao perdão dos pecados do que à inserção radical (caráter) em Cristo, uma possante garantia de salvação. A teologia bíblica de João e Paulo mostra o cristão como filho de Deus radicalmente salvo, embora possa renegar a salvação; o Catecismo parece pensar o cristão em uma triste neutralidade, devendo optar, constantemente, pela vida ou morte eterna. Falta-lhe uma teologia mais abrangente do batismo. Melhor elaborada é a teologia da Confirmação.

A eucaristia é ponto alto no Catecismo como já o fora, inclusive, em Trento, fonte principal que o Catecismo usa. Controvertida a questão do perdão dos pecados pela eucaristia, que o Catecismo titubeia em aceitar. Assim é curioso o argumento básico: O sacrifício de Cristo perdoa todos os pecados (613-618). Ora, "o sacrifício de Cristo e o sacrifício da eucaristia são um único sacrifício" (1367). Logo, "a eucaristia perdoa

os pecados veniais" (1394)... Imperdoável a lacuna de lógica. A mesma lacuna volta de outro modo. Jesus institui a eucaristia com as palavras definitivas: "Isto é meu sangue derramado... para remissão dos pecados" (Mt 26,26), mas o Catecismo conclui que "a eucaristia não se ordena ao perdão dos pecados mortais" (1395). Não soube aproveitar a teologia de Trento, muito mais aberta.

Defasada a teologia do sacramento da penitência (1422-1498). Reconhece que a forma atual da confissão só se inicia depois do século VII (na verdade, pelo século X) e portanto, durante pelo menos oito séculos houve outras formas válidas de perdão e reconciliação (1447). No entanto, conclui sem mais que "a acusação dos pecados ao sacerdote constitui parte essencial do sacramento da penitência" (1455). Na verdade, a forma atual encontra-se, pela primeira vez, no ano 1000.

Certo quando diz o Catecismo que a "confissão pessoal é a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a Igreja"; menos correta quando afirma que "a confissão individual e completa com a relativa absolvição permanece o único modo ordinário graças ao qual se reconciliam com Deus e com a Igreja" (1484).

Muito bem elaborado o sacramento da unção dos enfermos, inclusive, o que se esqueceu no Brasil, sem necessidade do sa-

cramento da penitência (1517). Excelente também a teologia do sacramento da Ordem com a exceção única da afirmação rigorista e dúvida de que "somente o homem pode receber validamente a sagrada ordenação" (1577) pois, durante séculos a Igreja admitiu diaconisas, das quais fala Paulo em Rom. 16,1 e em 1 Tim. 3,11-13. Bem exposto o sacramento do matrimônio, tirando-se, é claro, os parágrafos 1618 e 1619 fora do contexto matrimonial. Louvável a compreensão com os divorciados (1650-51) e admiráveis os parágrafos finais (1655-1658). O Catecismo reconhece grande liberdade na criação de sacramentais, o que poderá auxiliar a evangelização no Brasil (1667 ss).

III PARTE

A primeira seção (1700-2046) aborda os grandes princípios da vida moral e da vida cristã. Os princípios de moral são os tradicionais, com algumas pequenas aberturas. No entanto, retomando o texto da *Gaudium at Spes 16*, o Catecismo revaloriza com empenho e coragem a centralização da vida moral na consciência (1776-1794).

O artigo em que trata das virtudes é tradicional e reserva à plenitude da vida cristã, o amor, uma página e meia (1822-1829), que nem chega a ser resumo do que ensina a Escritura sobre o amor. Muito bom o capítulo sobre a comunidade humana (1877-1942) embora ainda defenda que a auto-

ridade civil venha de Deus (1899). Os autores positivamente não conhecem o Brasil... Excelente a síntese da "Justiça Social" (1928-1942).

O Catecismo parece confundir por vezes lei natural com princípios fundamentais de filosofia, ao pensar uma lei natural "acabada" em exigências e prescrições (1954-1960). Pobre a síntese da Nova Lei (1965-1974).

A teologia da graça esquece a antropologia teológica de S. João e S. Paulo e fixa-se num pequeno e pobre resumo de manuais escolásticos (1987-2016).

Os parágrafos que abordam o tema "Vida Moral e Magistério de Igreja" (2032 e 2040) ensinam que toda a moral e tudo o que a ela se relaciona se subordina ao Magistério da Igreja, inclusive, ao carisma da infalibilidade.

A segunda seção desenvolve um tratado dos dez mandamentos (2052-2550). O primeiro mandamento é mediocrementemente exposto, sem aprofundar o "Abba-Pai", a filiação, o sentido de paternidade divina. Tem boas perspectivas sobre superstição, magia, ateísmo. O segundo mandamento é bem desenvolvido. No terceiro, o Catecismo adverte quanto a obrigação dominical de participação na missa: "Aqueles que deliberadamente não cumprem este preceito cometem um pecado grave" (2181). Excelente a catequese do quarto mandamento, inclusive na abordagem da obediência civil

(2240) e da resistência à opressão do poder político (2243). O quinto mandamento é igualmente muito bem comentado (2258-2317). No sexto mandamento, afóra algumas afirmações exageradas (2352) há uma louvável abertura pastoral. Ótimo o artigo do sétimo mandamento com seu resumo da doutrina social da Igreja (2419) e a defesa de justiça cristã. Curta mas sólida a reflexão sobre o oitavo, nono e décimo mandamentos (2464-2550).

IV PARTE

A primeira seção desenvolve com profundidade o tema geral da oração na vida eclesial. A segunda seção é um rico comentário sobre o Pai-nosso.

CONCLUSÃO

Valeu a pena a redação deste volumoso Catecismo? Como João Paulo II "eu o reconheço como

um instrumento válido e legítimo" (FD. 4) para os grandes e fundamentais temas da fé. Falta-lhe, porém, levar mais a sério aspirações e interpretações que o Espírito Santo inspira ao Povo de Deus, hoje e não apenas em séculos passados. Falta-lhe uma unidade que corrija a dispersão de temas aglutinados sem hierarquia de verdades e valores. Falta-lhe uma descomplicação dogmática. Esta enciclopédia valeu a pena... embora, como Catecismo, inferior a alguns já editados no pós-concílio por episcopados; e esperamos, inferior ao que será editado, como quer o Papa, pelos bispos do Brasil.

Monsenhor Roberto Mascarenhas Roxo
é Doutor em Teologia e História e
Diretor da Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras - FAI.

Endereço:

Av. Nazaré. 993
CEP 04263-100
Ipiranga - São Paulo

O CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (I)*

Pe. Beni dos Santos

O Catecismo da Igreja Católica, segundo o Papa, deve ser considerado um dos maiores eventos da história recente da Igreja.¹ A repercussão que ele está tendo no interior da Igreja e, até mesmo, fora dela, os inúmeros comentários e estudos que tem suscitado, confirmam a afirmação do Santo Padre.

Neste artigo introdutório à leitura e ao estudo do Catecismo, pretendo mostrar sua natureza e estrutura, recordar alguns momentos históricos de sua elaboração e, ao mesmo tempo, elencar alguns aspectos relevantes e inovadores.

A palavra *catequese* significa, segundo sua etimologia grega, "despertar um eco", pois ela faz ressoar a mensagem da fé. Trata-se de uma atividade de natureza *kerigmática*, isto é, ligada à proclamação das verdades salvíficas fundamentais. Desde os tempos apostólicos, a Igreja vem desenvolvendo sua atividade catequética, principalmente

aquela destinada aos que desejam abraçar a fé, para os preparar para o batismo e para a vida cristã. Mais tarde, encontramos, no período patrístico, as célebres catequeses mistagógicas: explicação dos sacramentos da iniciação cristã aos neófitos, que foram introduzidos na Igreja pelo batismo, celebrado na madrugada do domingo de páscoa. As mais conhecidas são as catequeses mistagógicas de S. Cirilo de Jerusalém, S. Ambrósio e S. João Crisóstomo. É nesta ação catequética da Igreja que o Catecismo tem sua origem.

À primeira vista, parece tratar de algo simples. Mas, na realidade, o Catecismo tem a sua complexidade. Ele não é um compêndio de teologia para uso dos fiéis. A teologia tem o seu método próprio. Ela é uma busca da racionalidade da fé através da argumentação lógica e, freqüentemente, dialética. A teologia problematiza os

* Refere-se à primeira parte deste artigo, cujo tema terá continuidade e será aprofundado no próximo número da *Revista de Cultura Teológica* - Julho/Setembro.

1. Cf. *L'Oss. Romano*, edição em português, 13 de dezembro 1992, p. 1.